



# O leitor-modelo de Umberto Eco e o debate sobre os limites da interpretação



Gerson Tenório dos Santos



## RESUMO

Nosso objetivo neste artigo é discutir com base nas propostas teóricas de Umberto Eco o papel do leitor no processo de interpretação da obra literária e a questão dos limites da interpretação tal qual foi colocada por vários autores, especialmente pelo semioticista Charles Sanders Peirce e o filósofo Jacques Derrida. Eco, na mesma direção de Barthes, tem sido um dos principais teóricos a colocar o problema da interpretação da obra literária na relação texto-leitor, deslocando-a da relação autor-texto e destacando o papel ativo e criador do leitor na interpretação de um texto literário. Para tanto, Eco se vale, assim como Derrida, do conceito de semiose ilimitada de Peirce. Porém, diferentemente do filósofo da desconstrução, advoga que a leitura do texto literário não permite toda sorte de interpretação.





## **ABSTRACT**

Our aim in this article is to discuss, based on the Umberto Eco's textual semiotics theory, the role of the reader in the process of interpretation of the literary work and the problem of the limit of interpretation as posed by many authors, especially by the semiotician Charles Sanders Peirce and the philosopher Jacques Derrida. Eco, along with Barthes, has been one of the main theorists to consider the problem of interpretation of the literary work in the text-reader relation, dislocating it of the author-text relation and stressing the active and creative role of the reader in the interpretation of the literary work. For this purpose, Eco, as well as Derrida, makes use of the peircean concept of unlimited semioses. However, differently of the deconstruction philosopher, Eco advocates that the reading of the literary text does not permit all kind of interpretation.



## **PALAVRAS-CHAVE**

leitor-modelo; Umberto Eco;  
limite da interpretação; semiose  
ilimitada; semiótica textual



## **KEY WORDS**

reader model; Umberto Eco;  
limits of interpretation; unlimited  
semiosis; textual semiotics

Durante muito tempo reinou na Crítica Literária a idéia de que um texto literário era a expressão das idéias de seu autor. Estudar a obra só teria sentido se estudássemos também a biografia de seu autor. Caberia tão-somente ao leitor o papel passivo de interpretar o que o autor quis dizer. Esta concepção de um autor fechado e fonte da interpretação está ligada ao desenvolvimento do Capitalismo do final do século XII e início do XVII em que se configura a idéia de um indivíduo que possui direitos. O indivíduo (ou seja, o ser não dividido, inteiro, uno) passa a ser, neste contexto, o centro de seu próprio ego e de suas próprias decisões.

Muito embora vários autores literários no contexto de suas obras já tivessem destacado a importância do papel do leitor, como Cervantes, em **Dom Quixote** (1605), Machado de Assis, em **Memórias Póstumas de Bras Cubas** (1881), Unamuno, em **Niebla** (1914), Pirandello, em **Seis Personagens à procura de um autor** (1921), entre outros, considera-se o ensaio de Barthes, **A morte do autor**, de 1968, como o inaugurador de uma postura pós-estruturalista de crítica ao papel centralizador do autor que atinge autores do porte de Foucault, Lacan, Ricoeur e Umberto Eco.

Em seu ensaio Barthes critica a tendência de se considerar a identidade do autor como base do significado de sua obra. Para o crítico francês, o autor não é mais o locus da influência criativa, mas simplesmente um “scriptor” – palavra usada por Barthes para deslocar a aceção de poder presente nas palavras “autor” e “autoridade”. O scriptor, que “nasce simultaneamente com a obra”, existe para produzir e não explicar a obra. Este também não tem uma existência que preceda ou que exceda a escritura. Toda obra é “eternamente escrita aqui e agora” (grifos do autor) (BARTHES, 1988, p. 68). Em seu caráter aberto, o texto não tem um significado “teológico” (o que Barthes chama de a mensagem do Autor-Deus), mas se constitui num “espaço de muitas dimensões, no qual estão casados e contestados vários tipos de escrituras, não sendo nenhum deles original: o texto é um tecido de citações que resulta de milhares de fontes de cultura” (BARTHES, 1988, p. 68- 69). E o lugar onde a multiplicidade do texto é coligida, unificada não é o autor, mas o leitor. O leitor é o verdadeiro lugar para Barthes em que estão inscritas – sem nenhuma perda – todas as citações de que uma escritura consiste. “A unidade de um texto não está em sua origem, mas em seu destino; porém este destino não pode

mais ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é aquele que mantém juntos em um único espaço todos os caminhos de que um texto se constitui” (BARTHES, 1988, p. 70). O foco da produção de sentido no leitor é também uma das preocupações recorrentes do trabalho de Umberto Eco, um dos mais destacados autores modernos a respeito do tema.

## O LEITOR-MODELO DE ECO

A discussão sobre o papel colaborativo do texto aparece pela primeira vez com o trabalho de Umberto Eco, **A obra aberta**, de 1962. Porém é num conjunto de ensaios publicados de 1976 a 1978 que aparecem alguns dos textos mais conhecidos de Eco no que tange ao papel do leitor nos textos narrativos. A obra **Lector in fabula**, juntamente com **The role of the reader: explorations in semiotics of texts**, de 1979, reúnem os principais textos de Eco sobre o tema.

A temática sobre o leitor-modelo comparece basicamente no ensaio *O leitor-modelo*, presente no livro **Lector in fabula**. Ao discutir de início o papel do leitor nos textos narrativos, Eco começa considerando a incompletude do texto. Para ele, um texto é incompleto por que pressupõe sempre a colaboração de um destinatário. Um dos fatores da incompletude do texto escrito reside no fato de este ser composto por palavras, frases, termos isolados. Enquanto não correlacionado com referência a um determinado código, ao seu conteúdo convencionalizado, uma expressão permanecerá puro *flatus vocis*. O texto postula, assim, uma competência gramatical por parte do destinatário. É preciso ainda considerar que os termos de um dicionário mínimo que o destinatário utiliza no ato de interpretação também são incompletos. Sempre há propriedades semânticas não explícitas no dicionário. Eco deixa claro que este problema está vinculado à infinidade de interpretação tal qual postulada por Peirce, à temática da implicação (*entailment*) e à relação entre propriedades necessárias, essenciais e acidentais. Outro fator que caracteriza a maior complexidade do texto em relação a outras formas de expressão é o fato de ele ser entremeadado

pelo não-dito, ou seja, aquilo que não se manifesta na superfície, no nível da expressão, mas que tem que ser atualizado no nível de atualização do conteúdo.

O texto, postula Eco (1988), está, pois, entremeado de espaços brancos, de interstícios a serem preenchidos. Duas são, de acordo com o semioticista italiano, as razões para tanto: 1) o texto é um mecanismo preguiçoso (ou econômico) que depende da valorização do sentido que o destinatário introduziu e 2) ao passar da função didática para a estética, “o texto quer deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, embora seja interpretado com uma margem suficiente de univocidade” (ECO, 1988, p. 37).

Ao discutir como o texto prevê o leitor, Eco destaca a importância dos aspectos pragmáticos postos em jogo na relação texto-leitor. De um lado, há que se considerar que a competência do destinatário não é necessariamente a do emitente, o que implica dizer que para “decodificar” uma mensagem verbal é preciso, “além da competência lingüística, uma competência variadamente circunstancial, capacidade de pressupor, reprimir idiosincrasias, etc. (ECO, 1988, p. 38). Além disto, o fato de não ser uma comunicação face a face, faz com que o texto escrito seja interpretado com base numa cooperação prevista pelo autor em que o leitor-modelo seja capaz de movimentar-se interpretativamente conforme ele se movimentou gerativamente. Ou seja, “o texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo” (ECO, 1988, p. 39) (*grifos do autor*). Isto quer dizer que de alguma forma os textos prevêem seus leitores-modelos de diversos modos: a escolha de uma língua, de um tipo de enciclopédia, de um dado patrimônio lexical e estilístico, sinais de gênero que selecionam a audiência, restrição do campo geográfico, etc. Prever o próprio leitor-modelo, de acordo com Eco, não significa somente “esperar” que este exista, mas implica que se deve mover o texto no sentido de construí-lo.

## TEXTOS FECHADOS E ABERTOS

Ao buscar uma tipologia que dê conta dos diversos níveis de cola-

boração de um texto, Eco nos diz que se pode pensar em dois extremos: os textos fechados e os textos abertos. Há textos que são claramente dirigidos a um determinado público e possuem determinados propósitos. O autor fixa com “perspicácia sociológica e com brilhante mediedade estatística o seu Leitor-Modelo” (ECO, 1988, p. 41). Assim, há textos claramente dirigidos a crianças, a mulheres, a homossexuais, a surfistas etc. No entanto, textos fechados, em função de serem interpretados em diferentes contextos ou por não terem previsto com suficiência a competência de seu Leitor-Modelo, podem tornar-se abertos. Neste caso, comenta Eco, trata-se de abertura de efeito externo, de um modo de usar o texto, não havendo, pois, colaboração, mas violência. Para ele, não interessa esta perspectiva, mas aquela em que se dá da cooperação promovida pelo texto. Ao citar o famoso moto de Valéry – *Il n’y a pas de vrai sens d’un texte*<sup>11</sup> – Eco destaca que o texto permite duas leituras: por um lado, é possível fazer o uso que se queira de um texto; por outro, o texto permite infinitas considerações. Dentro do escopo de sua discussão, naturalmente Eco opta pela segunda leitura, desconsiderando a primeira.

O texto aberto, pois, é aquele em que o autor decide até que ponto deve controlar a cooperação do leitor, para onde esta é dirigida, onde deve abrir-se para inúmeras possibilidades interpretativas. “Só uma coisa ele tentará com sagaz estratégia: que, por maior que seja o número de interpretações possíveis, uma ecoe a outra, de modo que não se excluam, mas antes, se reforcem mutuamente” (ECO, 1988, p. 42). Um exemplo de texto aberto citado por Eco é o *Finnegans Wake*, de Joyce. Esta obra projeta um leitor ideal que disponha de muito tempo, tenha perspicácia associativa com uma enciclopédia vasta, consiga fazer leituras cruzadas, domine a língua inglesa e possua um dicionário de pelo menos duas mil palavras desta língua. A estratégia textual desta obra não postula um leitor sem tais competências. Quando referida ao leitor não postulado, a obra ou torna-se ilegível ou torna-se outro livro.

No contexto da literatura brasileira, podemos citar com exemplo de obra aberta, entre outros, o romance de Machado de Assis, **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. É proverbial a nota ao leitor escrita pelo personagem-autor Brás Cubas, na qual, ao afirmar

---

1 “Não há sentido verdadeiro de um texto”!

que talvez o livro se dirija a cinco leitores e que, ao adotar “a forma livre de um Sterne, ou de um Xavier de Maistre”, escreveu o livro “com a pena da galhofa e a tinta da melancolia”. Ainda no prólogo, Machado travestido de Brás Cubas, adverte que a obra não atende aos extremos da opinião vigente na época (os “graves” e os “frívolos”), pois o romance não se enquadra no gênero esperado para a época. Se Clarice Lispector espera um leitor de alma já formada, Machado espera um leitor de alma aberta, livre das amarras do Realismo quase científico que marcava a obra de vários autores da época e lançava sobre o gênero romance amarras formais e estilísticas devedoras de gêneros científicos, como o tratado.

## USO E INTERPRETAÇÃO

Outro par de opostos destacado por Eco ao tratar da leitura que se pode fazer de um texto é uso e interpretação. Por uso, o semiótico italiano entende a maneira livre, aberrante, desiderativa e maliciosa de se ler uma obra. Já a interpretação exige sempre algum limite, já que “a noção de interpretação sempre envolve uma dialética entre estratégia do autor e resposta do Leitor-Modelo” (ECO, 1988, p. 43). Eco, ancorado em Peirce, não nega que a corrente das interpretações pode ser infinita, mas alerta para o fato de que o universo do discurso intervém para limitar o formato da enciclopédia. “E um texto outra coisa não é senão a estratégia que constitui o universo das suas interpretações legítimas – se não ‘legítimas’” (ECO, 1988, p. 44). Assim, usar livremente um texto tem a ver com a decisão de ampliar o universo do discurso. Interpretar um texto para Eco – é bom que se ressalte – não é o mesmo que exercitar a semiose ilimitada. Para Eco, a interpretação pressupõe um recorte, a existência de limites determinadas pelas estratégias textuais postas em jogo pela dialética autor, texto e leitor-modelo. Por estratégias textuais, entende Eco, com base em Austin, as condições de êxito textualmente estabelecidas para a existência tanto do Autor quando do leitor-modelo.

# O AUTOR COMO HIPÓTESE INTERPRETATIVA

Ao entender que autor e leitor-modelo constituem duas estratégias textuais, Eco nos mostra um quadro complexo em que é importante distinguir os papéis desempenhados tanto pelo autor da obra quanto pelo leitor-modelo na sua dimensão empírica e virtual. Isto implica dizer que o autor empírico, enquanto sujeito da enunciação textual, hipotetiza um certo leitor-modelo; e ao fazê-lo constrói seu texto como estratégia textual em que se constitui como um dado autor na qualidade de sujeito do enunciado. Por outro lado, também o leitor empírico deve configurar para si uma hipótese de Autor a partir das estratégias textuais. O importante para Eco é o que se coloca no espaço das estratégias textuais em que estão hipotetizados autor e leitor-modelo e não as intenções que se podem atribuir ao autor e ao leitor empíricos. A cooperação textual é um fenômeno que se realiza entre duas estratégias discursivas e não entre sujeitos individuais.

Apesar do reconhecimento da importância das estratégias textuais em que se hipotetizam tanto o autor-modelo quanto o leitor-modelo, Eco não deixa de destacar o peso adquirido pelas circunstâncias de enunciação na formulação das hipóteses sobre as intenções do sujeito empírico da enunciação ao determinar a escolha de um autor-modelo. Eco cita como exemplo disto a interpretação dada pela imprensa e pelos partidos às cartas de Aldo Moro durante a prisão que antecedeu seu assassinato. Estas cartas, que pedem a troca de prisioneiros, foram interpretadas por boa parte da imprensa, por meio do que Eco chama de estratégia cooperativa de rejeição, como sendo produzidas por um autor-modelo que não o sujeito empírico Moro, pois entendia-se que Moro escrevia sob coação de seus captores e, portanto, não dizia o que queria dizer, já que o sujeito do enunciado não seria o mesmo sujeito da enunciação (os enunciados diziam “eu, Moro”, mas os sujeitos da enunciação seriam os raptos). Por outro lado, partidos e grupos favoráveis às negociações elaboraram uma estratégia cooperativa de aceitação. Para eles, se as cartas diziam o que diziam e estavam assinadas por Moro, portanto tanto o sujeito do enunciado quanto da enunciação seriam um só. Assim, num caso e noutro, em função das circunstâncias de enunciação, dos pressupostos enciclopédicos



sobre o pensamento de Moro e dos pontos de vistas ideológicos preliminares, alteravam-se a maneira como se hipotetiza o autor-modelo por parte do leitor. A escolha do autor-modelo, neste caso, mudava o tipo de ato lingüístico, assumindo o texto significados diversos, o que alterava as formas de cooperação.

A configuração do autor-modelo, para Eco, depende, desta forma, não somente dos traços textuais, mas também “do que está atrás do texto, atrás do destinatário e provavelmente diante do texto e do processo de cooperação (no sentido de que depende da pergunta: ‘Que quero fazer com este texto?’)” (ECO, 1988, p. 49).

## INTERPRETAÇÃO E SUPERINTERPRETAÇÃO

Em 1990, como conferencista convidado para a Conferência Tanner ocorrida em Cambridge, Eco propôs para sua apresentação o tema interpretação e superinterpretação, uma continuação de suas idéias a respeito do leitor-modelo.

Em suas três conferências, que foram debatidas por Richard Rorty, Jonathan Culler e Christine Brooke-Rose, o foco da discussão de Eco continuou sendo sua defesa de que o que está em jogo na interpretação de um texto não é nem a intenção do autor empírico nem os excessos de interpretação do leitor-modelo. Superinterpretar é o que no contexto do livro **Lector in fabula** Eco chama de uso. Em sua primeira conferência, *Interpretação e história*, Eco detecta na tendência atual à superinterpretação raízes que estiveram presentes no hermetismo e no gnosticismo que se desenvolveram no século II, d.C. Basicamente, o gnóstico interpretava os signos do mundo em termos de segredo. O sentido das coisas escondia-se sob as camadas do meramente detectável pelos olhos ou pelos sentidos imediatos. Os princípios racionais que haviam guiado tanto a civilização grega quanto a romana do *modus ponens* agora estava em crise. Para o hermético (termo derivado do deus Hermes), a lógica do terceiro excluído não lhe dizia respeito, pois a verdade estava presente em todos os livros, mesmo quando havia contradição no que diziam. As palavras deviam

ser entendidas como alusão, alegoria, segredo. A verdade devia ser encontrada, assim, na revelação de uma divindade para além das superfícies das palavras.

Em sua segunda conferência, *Superinterpretando textos*, ao comentar as superinterpretações feitas por Rossetti da Divina Comédia e por Hartman de um poema de Wordsworth, Eco destaca, mais uma vez, que os limites da interpretação são colocados na dialética entre *intentio operis* e *intentio lecturis*. “Como a intenção do texto é basicamente a de produzir um leitor-modelo capaz de fazer conjecturas sobre ele, a iniciativa do leitor-modelo consiste em imaginar um autor modelo que não é empírico e que, no fim, coincide com a intenção do texto” (ECO, 1993, p. 75). A *intentio operis*, assim, não deve ser buscada na intenção do autor empírico (irrelevante para a interpretação) da obra, mas na coerência presente entre as partes da obra. Eco ressalta que esta idéia não é nova, pois já estava presente em Agostinho (De doctrina Christina): a interpretação de uma parte do texto deve ser confirmada por outras; se houver contradições, deve ser rejeitada.

A terceira e última conferência, *Entre autor e texto*, discute o papel que cabe ao autor empírico no ato de interpretação de um texto. Ao analisar seus próprios textos literários (**O nome da Rosa e O pêndulo de Foucault**), Eco, embora aceite as idéias do *New Criticism* de que as intenções do autor empírico não devem ser fornecer as pistas interpretativas da obra, argumenta, por outro lado, de que ele ter permissão de rejeitar certas interpretações dadas à sua obra. Mas, ao término de sua conferência, Eco (1993, p. 100) ressalta: “Espero que meus ouvintes concordem que introduzi o autor empírico neste jogo só para enfatizar sua irrelevância e reafirmar os direitos do texto”. De que modo então o autor empírico pode ser relevante para interpretação do texto? Segundo Eco há um caso em que o testemunho do autor tem uma função importante: quando ajuda-nos a entender o processo criativo. Entender este processo significa entender como certas soluções surgem por acaso ou por meio de processos inconscientes. Para Eco é importante entender a diferença entre estratégia textual – o objeto lingüístico à disposição dos leitores-modelos que pode existir independentemente das intenções do autor empírico – e a história do desenvolvimento daquela estratégia textual.

## A QUERELA ECO X DERRIDA

Como se sabe, nos círculos em que se discute semiótica textual, muito da argumentação de Eco em favor dos limites da interpretação se contrapõe às teses defendidas por Derrida em algumas de suas obras fundamentais, como **Da gramatologia** e **A escritura e a diferença**. Como filósofo que combate a metafísica da presença, herança ocidental presente, por exemplo, nos trabalhos de Saussure – e de certa forma nas abordagens de Eco –, o foco de Derrida no que concerne ao papel dos signos lingüísticos (especialmente os da escrita) é de outra natureza. O projeto de Derrida – denominado por ele de desconstrução, termo derivado de *Destruktion* e *Abbau*, presentes na filosofia de Heidegger – consiste em desconstruir os pressupostos da metafísica européia. Embora Derrida concorde com o estruturalismo de base saussuriana de que exista interdependência nas unidades lingüísticas, o filósofo francês combate veementemente o mito metafísico da existência de um “significado transcendental” presente no estruturalismo. Para ele, não há qualquer um conteúdo anterior à qualquer língua como pressupõe o estruturalismo (RABENHORST, 2002).

Não existe, para Derrida, um ponto fixo para o qual o signo remeta, seja ele um sistema estável, as intenções do autor, uma verdade inquestionável etc. Os signos se referem a contextos passados e futuros, operando uma desintegração de sua própria unidade, permanência ou estabilidade. O significado de um signo encontra-se sempre “diferido”, num movimento chamado por Derrida de “différance”, processo em que o signo procede a um infinito processo de adiamentos e remissões.

Mais do que na fala, diz Derrida, em mais um contraponto com o estruturalismo, é na escrita que se pode notar um rompimento com o contexto de produção, pois ela independe das intenções de seu produtor e possibilita pelo pólo da leitura uma iteração e repetição que parasitam e contaminam o significado do texto lido. Ou seja, ler um texto é desconstruir qualquer idéia de origem e construir novos significados possibilitados pelos signos do texto, mas deslocados infinitamente pelos múltiplos contextos de produção.

Derrida entende que a arque-escrita é a precondição de qualquer significação. A arque-escrita é uma noção mais generalizada de escrita

e precede tanto a fala quanto a escrita em seu sentido estrito. A arque-escrita é responsável pela brecha existente entre o que se pretende transmitir e o que é realmente transmitido. O sentido de um texto está constantemente sujeito às idéias do futuro, porém quando este está presente seu sentido novamente é diferido para um novo futuro que nunca poderá estar presente. Ou seja, o significado de um texto nunca está presente nem mesmo para seu autor, pois o processo de diferir (no sentido de atrasar) não permite a fixação de qualquer sentido. O exemplo mais famoso de Derrida é seu neologismo *différance*. No âmbito da fala tanto a palavra *différence* quanto *différance* são pronunciadas da mesma forma, visto que os sufixos *ence* e *ance* em francês não apresentam diferenças sonoras. No entanto, esta ambigüidade se dissolve quando as palavras são escritas. Com isso, Derrida mostra que um signo (neste caso o escrito) evoca traços de outros signos (neste caso a fala), num processo que hoje chamamos de inter-semiótico.

Neste ponto é possível divisar que embora Eco e Derrida partam de críticas semelhantes ao estruturalismo (como, por exemplo, a idéia de que a estrutura é abstrata e descolada dos sentidos concretos e múltiplos existentes no texto), apresentam diferenças no que tange aos limites da interpretação dos textos. Eco, como vimos, insiste nos limites da interpretação e advoga que há usos abusivos dos textos, como seria o caso de Borges, a propósito de seu personagem Pierre Ménard, que sugeriu que seria estimulante ler A imitação de Cristo como se tivesse sido escrita por Céline (ECO, 1993, p. 76). Já Derrida, com sua concepção de diferença e arqui-escrita, não postula nenhum limite interpretável para os signos, pois é constitutivo dos próprios textos não haver significados condicionados, sejam pelo autor, pelo texto ou pelo leitor. Eco considera o conceito de deslizamento constante do significado como uma idéia hermética. Embora Eco compartilhe com Derrida a idéia de que há uma “abertura potencial” do texto para infinitas interpretações, se sente “no dever fundamental de proteger” os textos “a fim de abri-los, uma vez que eu considero um risco abrir um texto antes de protegê-lo devidamente” (ECO *apud* WIRTH, 2001).

## SEMIOSE ILIMITADA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Tanto Derrida quanto Eco foram largamente influenciados em suas teorias pelas idéias de Peirce, especialmente, no que tange ao tópico tratado aqui, pelo conceito de semiose ilimitada.

Derrida em sua crítica à metafísica da presença – especialmente no que concerne ao conceito saussuriano de signo lingüístico – já havia ressaltado a contribuição de Peirce com sua idéia de signo tripartite (representâmen – objeto – interpretante) para explicar a significação. Uma vez que tudo se traduz em signos, o próprio objeto (fonte da ilusão de um ponto fixo da significação) é ele também um signo, o que põe em xeque o logocentrismo tão marcante na cultura ocidental (CAUDURO, 1996, p. 64).

Para Eco, o conceito de semiose ilimitada em Peirce não se adequa às teses de Derrida, uma vez que “o movimento desconstrutivo e a semiose ilimitada não são conceitos equivalentes” (ECO apud WIRTH, 2001). O cerne da objeção de Eco não está na idéia de que um signo, em sua marcha evolutiva, representa outro signo, mas no porvir do signo. De acordo com Eco a “abertura” do signo na semiose ilimitada depende de futura determinação, uma vez que, para Peirce, a marcha do signo, por meio de uma série ilimitada de representações, deve ser concebida como tendo um objeto absoluto como seu limite (PEIRCE, 1994, 1.339). Portanto, para Eco, a idéia de um objeto absoluto é incompatível com a proposta da desconstrução, já que ele implica que fora dos interpretantes internos ao curso da semiose (interpretante imediato, emocional, energético e lógico) há um interpretante final lógico – isto é, o hábito – que não permite uma indeterminação do signo, como quer Derrida (WIRTH, 2001).

Eco, ao considerar o texto como questão e a leitura como resposta, parte também da famosa máxima pragmática de Peirce, que afirma ser o significado de um termo equivalente a dar uma instrução ou receita que nos dizem como reproduzir e derivar todas as possibilidades práticas e conseqüências lógicas. O modelo de interpretação de Eco, assim, embora reconheça haver uma abertura no texto, admite também que o leitor buscará preenchê-la a partir de sua

“prática”, de sua vivência, ou seja, dentro do processo de semiose, que se baseia – de acordo com Peirce – em hipóteses razoáveis e em hipóteses experimentáveis testáveis. Desta forma, apesar de haver uma liberdade do leitor para conjeturas infinitas sobre a intenção do texto, uma teoria da interpretação “deve também assumir que é possível se chegar a um acordo, se não acerca dos significados que o texto encoraja, pelo menos acerca daqueles que ele desencoraja” (ECO *apud* WIRTH, 2001). Dentro do princípio da idéia hermenêutica de um horizonte de compreensão como um limite da interpretação, Eco advoga que há uma coerência interna no texto que controla os impulsos incontrolláveis do leitor.

Rorty em resposta a esta idéia de Eco argumenta que um pragmatista não distingue uso de interpretação nem *intentio operis de intentio lecturis*, pois “tudo o que alguém faz com alguma coisa é usá-la” (RORTY, 1993, p. 110). A idéia de uma coerência interna do texto que controla a *intentio lecturis* tem a ver, segundo Rorty, com uma distinção essencialista entre dentro e fora, características não-relacionais e relacionais de algo. O que Rorty está a nos apontar é que em se levando à máxima pragmática às últimas conseqüências não é possível se estabelecer – quer seja pela relevância, economia ou coerência textual, critérios usados por Eco para se eliminar interpretações inaceitáveis – uma posição essencialista a partir da qual seja possível determinar a verdadeira interpretação. Arrematando seu argumento, afirma Rorty (1993, p. 124): “Por isso me parece mais simples descartar a distinção entre uso e interpretação, e distinguir apenas os usos feitos por diferentes pessoas para diferentes propósitos”.

## O LIMIAR SEMIÓTICO DE ECO

Em sua crítica a Eco, Rorty aponta também a filiação semiótica de Eco a uma semiótica cultural que distingue um mundo semiótico de um mundo não-semiótico. Este é um ponto relevante quando se considera que Eco insiste em fundamentar sua teoria da interpretação dos textos na concepção peirceana de semiose ilimitada.

Para a semiótica cultural de Eco, só a comunicação baseada em

códigos e convenções merece ser estudada. Assim, o limiar inferior da semiótica é “aquilo que separa os signos das coisas e os signos artificiais de signos naturais” (ECO *apud* NÖTH, 1996, p. 201). Já o limiar superior está na distinção entre o ponto de vista semiótico do mundo e várias outras perspectivas não semióticas dos fenômenos. O corpo humano ou uma mercadoria, por exemplo, vistos em si mesmos (como objetos naturais ou físicos) não são signos.

Desta forma, Eco só reconhece o que para Peirce pertence ao universo da terceiridade (signos genuínos) e, portanto, aos símbolos. Ocorre que o conceito de semiose para Peirce não se limita somente ao mundo humano e não estabelece nenhuma fronteira entre mundo natural e mundo cultural. Isto faz com que a interpretação de Eco tanto do conceito de signo quanto do de semiose seja incompleta e direcionada aos seus interesses logocêntricos e lingüisticocêntricos:

A interpretação que Eco fez de Peirce é incompleta quando ele argumenta que a tríade peirceana de signo, objeto e interpretante “pode também ser aplicada a fenômenos que não têm um emissor humano, contanto que eles tenham um receptor humano, tal sendo o caso dos sintomas meteorológicos ou qualquer outra sorte de índices” (NÖTH, 1998).

Contrariamente ao advogado por Eco, Peirce concebe a semiose ilimitada não como restrita ao universo da cultura humana, mas abrangendo todo e qualquer tipo de interpretante (seja ele uma poça de água que reage à luz solar ou a reação do sistema imunológico a uma bactéria ou vírus estranho) capaz de interpretar um signo e gerar novos processos sígnicos. Ao processo triádico genuíno, composto por signo, objeto e interpretante, Peirce chamou *Mente*, pois é nele – e somente nele – que é possível haver mediação, hábito, continuidade. A semiose para Peirce não uma questão de limiar entre mentes humanas e não humanas, já que para ele há *continuum* entre estas mentes, mas de interações diádicas e triádicas:

A semiose começa quando ultrapassamos o limiar das interações meramente diádicas, entre causas mecânicas, acaso ou causas “brutas” (eficientes) e seus efeitos, para interações triádicas mediadas por uma mente no sentido mais vasto. Uma tríade semiótica é aquela na qual uma mente interpreta (isto é, forma um interpretante de) um estímulo

significante no seu ambiente, chamado representamen, relativo a um objetivo (o objeto) que é distinto desse estímulo ambiental, mas não necessariamente ausente na dada situação. Essa interação não requer nem uma consciência nem uma intencionalidade, mas deve ser dirigida para um fim (NÖTH, 1998).

Em termos da própria teoria de Eco, poderíamos dizer que este “usa” ou “superinterpreta” o conceito peirceano de semiose ilimitada colocando-lhe dentro de um contexto restrito e intimamente ligado aos limites da lingüística de extração saussureana. A levarmos a cabo a máxima peirceana da semiose limitada e do falibilismo, que prega que as cadeias infinitas de signos desdobram-se continuamente de outros signos e são autocorretivas – pois o signo interpreta parcialmente seu objeto, mas aspira na idealidade de um fim último (o interpretante final) a realizar todas as possíveis interpretações – poderíamos afirmar que todas as leituras de uma obra são válidas e semioticamente possíveis. Mesmo o mais desmesurado uso que poderíamos fazer de uma obra decorre tanto dos signos do texto (que a rigor não só verbais) quanto de outros vários signos que se entrecruzam na leitura da obra (sejam eles advindos da cultura, da memória, das inúmeras enunciações, do inconsciente etc.) e têm conseqüências práticas na vida. Se por um caso esta leitura se mostrar improdutiva ou extremamente incoerente com outras leituras, a máxima pragmática agirá construindo novas leituras e correções, que também estarão abertas e propensas a novas interpretações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão levantada por Eco a respeito do leitor-modelo naturalmente rompe com uma perspectiva de que o autor ou o texto estão no centro do processo de interpretação e controlam os sentidos deste, cabendo ao leitor a mera função de decodificar um significado já dado. A interpretação de uma obra se constitui, como vimos, num processo aberto e cooperativo entre autor-texto-leitor. Porém, em confronto com autores como Derrida e Rorty, ainda é possível dividir – especialmente no contexto filosófico da arque-escrita derridiana – uma posição essencialista de significado. Ao sustentar os limites



da interpretação e os sentidos aceitáveis e não desiderativos de um texto, Eco advoga uma espécie de resíduo de fundo do sentido. Para tanto, vale-se do conceito de semiose ilimitada, de Peirce, que por ele é interpretado como um processo infinito de traduções, mas não de qualquer sentido, em função da marcha do signo a um ideal último de interpretação, como pressuposto no interpretante final (WIRTH, 2001). No entanto, Eco não leva em consideração todas as conseqüências do pensamento de Peirce ao estabelecer um limiar semiótico entre o mundo cultural e o não cultural não previsto no conceito de semiose ilimitada. A rigor todo limite de uma interpretação não se coaduna com este conceito, pois, como já discutimos, a concepção de semiose ilimitada pressupõe um *continuum* entre o mundo cultural e o mundo da natureza, pois a mediação, o hábito, o crescimento dos signos não é privilégio somente dos homens. Além disso, embora Peirce defenda um interpretante final para onde os signos caminhem como aspiração a um fim último, este, a rigor, nunca é alcançável ou realizável, mas somente pensável no âmbito das regras interpretativas por nós incorporadas. Isto nos autoriza, enfim, a afirmar que todo texto escrito – ele mesmo um interpretante de outros signos (autor, cultura, outros textos etc.) – gera um processo infinito de outros interpretantes que têm efeitos práticos e concretos sobre os leitores e são passíveis de serem corrigidos no âmbito da comunidade de intérpretes da obra. Se é bem verdade que de alguma forma a obra prevê o seu leitor – pois há uma instância do signo (o interpretante imediato) que é virtual e projeta seu interpretante dinâmico (o leitor empírico) – também é verdade que no curso da interpretação o leitor – ele mesmo um signo – poderá atribuir sentidos evocados pela enunciação, pela cultura, pelo “espírito do tempo”, pelo “horizonte de expectativas”, pelas motivações pessoais etc. Nesse sentido, não há limites para a interpretação, pois vale a famosa máxima de Peirce (1994, 1.135): “Não bloqueie o caminho da investigação”.





## REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CAUDURO, Flávio Vinicius. Escrita e *différance*. **Famecos**, Porto Alegre, n. 5, p. 63-72, nov., 1996.
- ECO, Umberto. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- NÖTH, Winfried. O limiar semiótico de Eco. **Face**, São Paulo, jul./dez., 1998.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Collected papers**. Cambridge: Harvard University Press, 1994. 2 v.
- RABENHORST, Eduardo R. Sobre os limites da interpretação. O debate entre Umberto Eco e Jacques Derrida. **Prim@Facie** – ano 1, n. 1, jul./dez. 2002. Disponível em <[http://www.ccj.ufpb.br/primafacie/prima/artigos/n1/artigo\\_1.pdf](http://www.ccj.ufpb.br/primafacie/prima/artigos/n1/artigo_1.pdf)>. Acesso em: 15 de set. 2008.
- RORTY, Richard. A trajetória do pragmatista. In: ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- WIRTH, Uwe. Abductive inference and literary theory: pragmatism, hermeneutics and semiotics. Digital Peirce Encyclopedia. 2001. Disponível em <<http://www.digitalpeirce.fee.unicamp.br/home.htm>>. Acesso em: 20 de set. 2008.

---

O autor é Mestre e Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Coordenador do Curso de Letras da UNICASTELO. Membro do Grupo de pesquisa do Programa de Estudos pós-graduados em Literatura e Teoria Literária da PUC-SP.